



## EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: TENDÊNCIAS À AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR

### Resultado de Pesquisa

Denise de La Corte Bacci<sup>1</sup>

Lillian da Silva Cardoso<sup>2</sup>

Livia Ortiz Santiago<sup>3</sup>

### Resumo

Este estudo procura compreender como a Educação Ambiental está inserida nos cursos superiores de Licenciatura e como se estabelece a cultura de sustentabilidade. Para isso, foram analisadas as ementas das disciplinas dos cursos de graduação buscando investigar tendências presentes em relação aos aspectos que podem indicar se são ambientalmente orientadas e se contemplam características formativas da Educação Ambiental. Um questionário piloto foi elaborado e submetido online aos alunos de cursos de bacharelado e licenciatura. Os dados, preliminares, apontam para um número razoável de disciplinas ambientalmente orientadas e os alunos reconhecem a presença formativa da educação ambiental.

**Palavras Chave:** Educação Ambiental; Ensino Superior; Licenciatura; Ambientalização Curricular; Sustentabilidade.

### INTRODUÇÃO

A importância do trabalho com questões referentes à educação ambiental no ensino superior começou a ser institucionalizada em 1986, quando a SEMA (então Secretaria Especial do Meio Ambiente) organizou em Brasília o primeiro de uma série de seminários “Universidade e Meio Ambiente”. A partir deste seminário, foram realizados vários outros encontros sobre o tema, onde se destacou: a importância da participação da Universidade na formulação das soluções, dentro de uma perspectiva interdisciplinar sobre a questão ambiental no Brasil; a necessidade de uma reflexão

---

<sup>1</sup>Profª Drª do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo – IGC/USP – Rua do Lago, nº 562 - Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-080 – [bacci@usp.br](mailto:bacci@usp.br)

<sup>2</sup>Discente do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo – Rua do nº 562 - Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-080.

<sup>3</sup>Discente do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo – Rua do Matão, trav. 14, nº 101, Cidade Universitária, São Paulo - SP, CEP: 05508-090.

ético-política do trabalho universitário; a discussão sobre os pressupostos teórico-metodológicos e sua correlação com as estratégias de ação para a resolução das questões ambientais; o caráter político da educação ambiental com base no tema “Universidade face à Política Ambiental Brasileira” (Bacci et al., 2015).

As atuais orientações do Ministério da Educação falam das universidades como espaços educadores sustentáveis, isto é, têm a intencionalidade pedagógica de se constituir como referências concretas de sustentabilidade socioambiental.

Silva e colaboradores (2016) citam em seu trabalho a definição da Rede ACES (Rede de *Ambientalização Curricular dos Estudos Superiores*) sobre o processo de ambientalização curricular:

*[...] formação de profissionais comprometidos com a busca permanente das melhores relações possíveis entre a sociedade e a natureza, atendendo aos valores da justiça, solidariedade e da equidade, aplicando os princípios éticos universalmente reconhecidos e o respeito às diversidades.*

Neste contexto, devemos entender que a construção da cultura da sustentabilidade advém não somente da concepção que seus participantes têm sobre a temática socioambiental, mas também sobre os incentivos e formação que este indivíduo está recebendo dentro do ambiente universitário.

A proposta de elaboração de uma Política Ambiental na USP iniciou-se em 2009. No ano seguinte da publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a universidade designou um coordenador de Gestão Ambiental junto à Reitoria e, em 2012, foi regulamentada a criação do órgão institucional responsável pela gestão ambiental, a Superintendência de Gestão Ambiental (SGA), a qual tem como premissa ditar normas para questões ambientais em consonância com a Política Ambiental, quais sejam: promover a sustentabilidade ambiental nos campi da universidade; desenvolver ações de conservação dos seus recursos naturais; promover um ambiente saudável e a segurança ambiental dentro dos campi; promover o uso racional de recursos; educar visando à sustentabilidade e construir, de forma participativa, uma Universidade sustentável, transformando a universidade em um modelo de sustentabilidade para a sociedade.

A elaboração da Política de Educação Ambiental, dentro do contexto das políticas ambientais da universidade, teve início em 2014 e aborda uma linha relacionada à formação socioambiental de docentes, alunos e funcionários, que tem como uma de suas diretrizes promover a dimensão socioambiental em todos os cursos, currículos e programas de ensino da USP, prioritariamente como prática educativa integrada, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente.

## **METODOLOGIA**

Para o levantamento das disciplinas de Educação Ambiental oferecidas aos cursos de licenciatura na USP, além da consulta ao sistema da graduação, foi aplicado um questionário piloto no início do estudo que permitiu a identificação do perfil de dois cursos. De acordo com os dados obtidos nos questionários e análise tanto das informações das ementas quanto das respostas dos alunos em relação às disciplinas foi possível avaliar a presença ou não da Educação Ambiental na formação inicial dos professores e de alunos do bacharelado.

O Sistema Jupiterweb oferece suporte on-line aos alunos de graduação disponibilizando informações acadêmicas e também permite o acesso a ementas e programas de todas as disciplinas na universidade, a partir de um sistema de buscas. A partir da lista de cursos de licenciatura presente no Manual FUVEST 2017, foram feitas pesquisas nos currículos dos cursos usando os descritores “educação ambiental”, “sustentabilidade”, “sustentável”, “ambiental”, “ambientalismo”, “conservação”, “meio ambiente”. Em um segundo momento, para aquelas disciplinas que não continham esses descritores em seu título, as ementas foram analisadas na busca dos mesmos termos. A análise das ementas serviu como critério para considerar as disciplinas que abordam a temática de EA mas não apresentam EA no nome. Neste contexto, foi utilizado o conceito de disciplina ambientalmente orientada (CARVALHO et al, 2012 e SILVA et al, 2016). As disciplinas são entendidas como ambientalmente orientadas quando estão presentes discussões dos problemas socioambientais, das relações sociedade e ambiente, das interfaces daquela área de estudos com políticas ambientais ou impactos socioambientais, da sustentabilidade, entre outras temáticas (CARVALHO op cit.). A partir disso, distinguiram-se disciplinas da graduação com objetivos claros que a consideram como ambientalmente orientadas daquelas disciplinas que possibilitam a formação de educadores ambientais, ou seja, disciplinas com ênfase nos componentes curriculares que enfoquem os aspectos conceituais e metodológicos da educação ambiental. A pesquisa está em andamento e deverá focar a análise nos cursos de licenciatura, submetendo o questionário online a todos os alunos desses cursos. O questionário piloto para identificação da presença ou não da educação ambiental da forma como propõem a Política de Educação Ambiental da USP apresentou alguns problemas que deverão ser ajustados antes da submissão, no próximo ano.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise preliminar dos resultados do questionário teve como objetivos identificar as abordagens de EA percebidas pelos alunos nas disciplinas e se os alunos percebem quais aspectos interdisciplinares da educação ambiental estão presentes em disciplinas não específicas de EA.

Observou-se uma predominância da abordagem ambiental nos dois cursos, tanto das Ciências Biológicas como das Geociências e Educação Ambiental. Diferença entre os dois cursos: no de Ciências Biológicas as disciplinas de EA são optativas, nas Geociências são obrigatórias da grade curricular da licenciatura. Os alunos do curso de Ciências Biológicas apontaram a predominância de disciplinas ambientalmente orientadas sobre disciplinas específicas de Educação Ambiental na grade curricular e que a abordagem das disciplinas está relacionada à dimensão do conhecimento (45%), às formas de participação (32%), e aos valores (28%). Dos 74 alunos que responderam ao questionário, no entanto, 28% disseram não ter EA no curso e 15% não souberam responder. Os dados ainda irão passar por novas análises de forma a aprofundar a nossa compreensão sobre o tema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade como centro formador de profissionais atuantes na sociedade tem, por responsabilidade, capacitar seus alunos não somente na compreensão da temática ambiental, mas capazes de atuar na transformação do ambiente ao seu redor, em especial através do ensino. Logo, uma formação adequada de indivíduos como educadores ambientais torna-se uma necessidade inerente aos cursos de licenciatura. Além disso, como pólo de produção científica e intelectual do país, as Universidades também representam um modelo a ser seguido pelo restante da sociedade, neste contexto, identificar a ambientalização curricular fornece dados para a criação de políticas formativas dos profissionais da educação.

## REFERÊNCIAS

BACCI, D. C.; SILVA, R. L. F.; SORRENTINO, M. **Educação ambiental e universidade: diagnóstico disciplinar para construção de uma política ambiental**. Anais do VIII EPEA -, Rio de Janeiro, p. 1-14, jul. 2015.

CARVALHO, Isabel C. de M.; AMARO, Inês; FRANKENBERG, Claudio L. C. **Ambientalização Curricular e Pesquisas Ambientalmente Orientadas na PUCRS**: um levantamento preliminar. In: FUVES. Manual FUVES 2017. Disponível em: <<http://www.fuvest.br/vest2017/manual/fuvest.2017.manual.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2016.

MMA-Ministério do Meio Ambiente. **Sustentabilidade aqui e agora: brasileiros de 11 capitais falam sobre meio ambiente, hábitos de consumo e reciclagem**. Brasília: MMA, 2010. p. 32.

SILVA, A. N.; WACHHOLZ, C. B.; CARVALHO, I. C. De M. Ambientalização curricular: uma análise a partir das disciplinas ambientalmente orientadas na pontifícia universidade católica do rio grande do sul (PUCRS). **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**, v. 33, n. 2, p. 209-229, mai./ago. 2016.